

As opções para os menores carentes são a rua e a DM

O titular da Delegacia de Menores, Dr. Carlos Shinzo Nakazato, diz que os índices de criminalidade cometido por menores vêm aumentando no Distrito Federal, de ano para a ano. "Mas o problema está sob controle". Segundo o Delegado, a incidência de menores de conduta anti-social em Brasília "não chega a ser alarmante, mas vem crescendo por diversos fatores, sendo que o mais importante é o problema econômico social".

A Delegacia de Menores é o primeiro estágio por onde passa o menor abandonado ou infrator. A maior parte dos menores levados diariamente àquela Delegacia são primários — segundo Dr. Nakazato. Apenas uma minoria muito reduzida — cerca de dois por cento — são reincidentes. Contudo, tanto os primários quanto os "veteranos" são quase na sua totalidade moradores das cidades-satélites, principalmente da Ceilândia e do Gama.

JUIZADO DE MENORES

Depois de ser entrevistado na DM, o menor é encaminhado ao Juizado. Dra. Renata Monteiro Sampaio, Chefe do Comissariado do JM observa que Brasília está crescendo muito em termos de população, principalmente no que se refere à população carente. Por outro lado — diz ela — a faixa etária de fuga do lar baixou para 12, 13 anos. "Hoje em dia — segundo a chefe do Comissariado — uma menina de 14, 15 anos já quer trabalhar. Aparentemente, esclarece Dr. Renata — o menor leva vantagem nesse período de crise, quando busca uma colocação no mercado de trabalho, porque os empregadores muitas vezes dão preferência a eles, uma vez que lhes pagam um salário mais baixo. Contudo, a condição de ser menor de idade também facilita para que eles sejam explorados, por maiores que controlam grupos que vigiam ou lavam carros, ou mesmo de pedintes.

Do ponto de vista criminal, Dr. Renata assinala que o grande perigo, no que se refere aos menores, está em que eles conhecem e abusam da sua condição e da impunidade que a lei lhes garante. "Não tenho nenhuma estatística oficial, para me basear, mas pela experiência acredito que, cerca de 60 por cento dos crimes e assaltos cometidos no âmbito do DF, são praticados por menores". A chefe do Comissariado do JM se diz preocupada com o fato dos que têm menos de 18 anos contarem com toda infraestrutura de um delinqüente adulto, mas apesar disso, estar protegidos pela impunidade.

Ao chegar no Juizado o menor é encaminhado para a Coordenadoria Técnica. A coordenadora Chefe, Dra. Sandra Rodrigues Mendes Ferreira explica que dispõe de uma equipe técnica formada por 14 psicólogos, 10 pedagogos e 18 assistentes sociais, num total de 52 técnicos. A finalidade do trabalho realizado pela Coordenadoria é prestar uma assessoria ao Juiz, pois ela não tem nenhum poder de decisão. Segundo Dra. Sandra, o juiz analisa o processo do menor a nível jurídico, mas com informações obtidas pelos técnicos o que o permitirá ter uma visão mais ampla do quadro do menor, também a nível psicológico e social.

PRÉ-DIAGNÓSTICO

O objetivo da coordenadoria técnica é fazer um pré-diagnóstico do menor, antes que ele seja ouvido em audiência. Com base nos processos já formados no JM, Dra. Sandra disse que foi realizado, recentemente, um levantamento das principais variáveis

que levam o menor a um comportamento com desvio social. A clientela de Brasília — disse a coordenadora — tem características próprias. Entre essas causas destaca-se a heterogeneidade da população, além do próprio plano da cidade que impõem determinadas especificidades, como por exemplo: a Ceilândia, apesar das características que possui, não é uma favela.

Terças e quintas-feiras são os dias que a DM envia os menores para o Juizado. Em média — disse a Dra. Sandra — chegam 25 a 30 crianças por dia. Nem todos esses casos — explica ela —, são de infração, mas pelo menos 80% o são. Por sua vez, dentro da pesquisa realizada para identificar as principais variáveis responsáveis pelo comportamento do menor infrator, constatou-se que a dinâmica e a estrutura familiar são as mais comuns (famílias desagregadas).

A coordenadora técnica do JM argumenta que a instituição para a qual trabalha não dispõe de meios para mudar as condições das famílias. Dentro da ótica da Coordenadoria, o meio não é o fator mais importante na geração de menores infratores. "Se o menor tiver uma família estruturada ele tem um apoio e isso pode contê-lo, mas na maioria das vezes o menor não tem nenhum suporte —" explica a coordenadora.

O fato é que a sociedade exige o afastamento do menor quando ele se revela perigoso, agressivo, ameaçador. Mas — pondera Dra. Sandra, quem gerou esse elemento maléfico? A orientação do JM é no sentido de evitar ao máximo o internamento, o que só é admitido — ao menos teoricamente, quando todas as outras tentativas se mostram ineficazes.

De acordo com a decisão do Juiz o menor é encaminhado para o CETRAM ou para o Centro de Recepção e Triagem-CRT. O que pesa para que ele seja enviado para um ou para outro órgão é a característica da infração cometida. Nos casos mais graves, o caminho será o CETRAM (leia entrevista com o Diretor do CETRAM nesta página), mas se o menor não tiver cometido nenhum desvio grave, ele deverá permanecer por algum tempo no CRT, que através de estudo esclarecerá sua situação para que lhe seja dado o encaminhamento adequado.

CRT

De acordo com relatório feito por Izabel Rolemberg que estagiou no CRT, o objetivo da política de atendimento ao menor naquele órgão coloca como prioridade o atendimento do mesmo na sua família de origem. Para isto, quando se faz necessário, este centro dá um subsídio à família do menor e ainda lhe oferece serviço médico, dentário e cursos profissionalizantes. O atendimento na própria família ou em famílias substitutas subdivide-se em: adoção, colocação familiar, recambiamento, reintegração e atendimento na própria família.

Sendo o CRT conforme diz Izabel Rolemberg —, órgão executor da Política Social do Menor, percebe-se claramente que a atuação deste é funcionalista, não havendo nenhuma preocupação de se transformar efetivamente a realidade que ali está. "A grande maioria dos internos no CRT — segundo o relatório, são menores encontrados perambulando de noite pelas ruas". Isso — acrescenta o documento — se deve ao fato dos mesmos não satisfazerem suas necessidades básicas dentro do lar, preferindo então as ruas, onde tentam garantir sua sobrevivência.